

A CPA e o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem na Faculdade Martha Falcão, Manaus –AM

Faculdade Martha Falcão (FMF)

Manoel Carlos de Oliveira Jr. (Faculdade Martha Falcão)

Helena Rosa Vieira Lima (Faculdade Martha Falcão)

Luiza Maria Bessa Rebelo (Escola de Serviço Público Municipal/Prefeitura de Manaus)

Resumo

A partir da Lei 10.861/2004, que instituiu o SINAES, a Comissão Própria de Avaliação – CPA passou a integrar a estrutura organizacional das IES, com autonomia de gestão. Face à experiência vivenciada na Faculdade Martha Falcão - FMF, de Manaus – AM, a qual vem desenvolvendo a autoavaliação desde sua instalação, o presente trabalho visa apresentar as inovações incrementadas e os resultados obtidos. Em funcionamento, desde 2000, com cerca de 3.300 alunos, a FMF possui 17 cursos entre bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia, a maior parte nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Com a finalidade de supervisionar, conduzir, executar e divulgar os processos e resultados de avaliação interna, abrangendo todos os segmentos da comunidade acadêmica, a CPA tem exercido papel fundamental para consolidar a cultura de avaliação. Consoante com as diretrizes legais, a FMF vem realizando avaliações de maneira sistemática, fomentando a discussão interna sobre a gestão institucional e condicionando a tomada de decisões. O processo avaliativo e a permanente discussão a respeito de seus efeitos sobre a qualidade das aulas e do desempenho acadêmico acarretaram uma reflexão sobre a ampliação do escopo de atuação da CPA, para além da aplicação de instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativas condições gerais do processo de ensino e aprendizagem. O estudo, respaldado em literatura referente à qualidade de ensino e eficácia de aprendizagem, no contexto da sociedade do conhecimento e do avanço tecnológico, em particular Hargreaves(2002), Freitas (2009), Christensen (2009), Meirieu (1998), Cunha (1998) e Preedy (2006), Day (2004), Lemov (2011), implicou a proposta de readequação do projeto de avaliação institucional. Em 2009, iniciou-se um processo de ampliação das atividades da referida comissão, abrangendo, a partir de então, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem. Foram criadas Câmaras Assessoras, com função precípua de analisar e qualificar os instrumentos de avaliação de aprendizagem e práticas pedagógicas. Com a denominação de Núcleo de Qualidade em Processos Avaliativos (NQPA) e Núcleo de Qualidade em Práticas Pedagógicas (NQPP), respectivamente, esses órgãos auxiliares têm representantes dos cursos da IES e são coordenados pela CPA. Foram desenvolvidos e aplicados instrumentos de avaliação específicos para essas dimensões. Como resultados aponta-se maior interação da comunidade

docente, implementação de programas de capacitação contínua para professores, elaboração de manuais de orientação didática, melhoria dos processos supramencionados, maior comprometimento de alunos e docentes com processos de avaliação interna e externa, e, como indicador externo, melhoria nos resultados em exames de ordem e ENADE. O processo em andamento e constante revisão têm conseguido agregar um conjunto cada vez maior de docentes nas ações de capacitação contínua. Espera-se aprimorar o processo de avaliação e consolidar estratégias diferenciadas de metodologia e de avaliação de ensino e aprendizagem, paralelamente às ações tradicionais de autoavaliação institucional.

Palavras-chave: avaliação institucional; avaliação de aprendizagem; práticas pedagógicas

Introdução

O ato de avaliar é inerente ao processo de ensino e aprendizagem e constitutivo de toda instituição formadora. Como parte integrante de um sistema nacional, com significativa regulamentação legal e processos de avaliação externa padronizados, em um cenário de baixo atendimento à população de 18 a 24 anos, comparativamente à situação de outros países, as Instituições de Ensino Superior têm-se defrontado com os desafios de manter padrões de qualidade condizentes com suas finalidades, propiciar formação adequada para suprir a demanda de profissionais afinados com as exigências do mercado de trabalho e garantir resultados de avaliação externa compatíveis com os requisitos nacionais definidos pelas instâncias oficiais.

A Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, trouxe para o interior das instituições a necessidade de intensificar suas ações de autoavaliação, de forma orgânica, com a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com composição e funções definidas, principalmente, aquelas relativas às condições de oferta de ensino, essenciais para o aprimoramento do sistema como um todo.

A Faculdade Martha Falcão – FMF, com sede em Manaus – AM, foi credenciada no final de 1999. Desde seu início, em 2000, tem empreendido a avaliação como um projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social. Além disso, o processo de avaliação tem sido desenvolvido como uma ferramenta imprescindível para que a gestão organizacional se torne mais eficaz. Com a missão de oferecer “*educação de excelência para a realização pessoal e profissional com responsabilidade socioambiental e comprometimento com o desenvolvimento do Amazonas*”, a Faculdade atende alunos de Manaus e região metropolitana.

Capital do Amazonas, Manaus situa-se às margens do Rio Negro. A cidade e região circunvizinha têm, aproximadamente, 2.000.000 de habitantes, sendo cerca de 1.800.000 apenas na capital, conforme IBGE (2010). Manaus apresenta uma situação singular: além de concentrar mais da metade da população do Estado, é responsável, quase exclusivamente, por

seu desenvolvimento econômico. Nos últimos trinta anos, o desenvolvimento populacional do município aumentou em torno de 500%. É a sétima capital mais populosa do país. A ampliação demográfica acelerada acompanhou o crescimento econômico, especialmente no setor industrial e de serviços.

Cerca de 500 empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus e outras sediadas na região metropolitana da capital possuem elevados índices de inovação tecnológica, competitividade e produtividade. Manaus contribui com 1,4% do PIB brasileiro e é a sexta cidade brasileira mais rica, apesar de ainda apresentar enorme desigualdade social interna. Na capital estão instaladas importantes indústrias nacionais e multinacionais, empresas que, ao longo dos últimos 36 anos, estão se aprimorando, acompanhando as exigências nacionais e internacionais.

A implantação das atividades industriais, responsável pela maior fatia do PIB do Estado, e a crescente expansão do setor de serviços demandam formação de mão de obra qualificada com foco na inovação para atender o contexto de mudança e de desenvolvimento. Conforme Rios (2013), pesquisa realizada em 2012 pela Federação das Indústrias do Amazonas (FIEAM) e pelo Centro da Indústria do estado do Amazonas (CIEAM), junto a 102 empresas do Polo Industrial, revela que se mantém a situação histórica de importação de mão de obra, com registro de 36% dos profissionais de nível técnico, 33% dos engenheiros e 31% dos trabalhadores de nível superior provenientes de outros Estados.

A partir de sua implantação, a FMF tem ampliado sua atuação. Atualmente são 17 cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e cursos superiores de tecnologia. Conta com cerca de 4.200 alunos (3.300 na graduação). Oferece Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nas áreas de formação da graduação. Paralelamente, a Faculdade tem promovido o desenvolvimento de projetos de pesquisa, cursos e projetos de extensão, voltados, sobretudo, para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, visando à produção e à disseminação do conhecimento e cumprindo seus objetivos de formação com qualidade para o desenvolvimento regional.

Desde seu início, os processos avaliativos institucionais têm-se constituído mola propulsora e balizadora de seus rumos. No processo de avaliação institucional, a Instituição tem-se preocupado em garantir a participação de todos os membros da comunidade educativa, corpo docente, discente e corpo técnico-administrativo, realizando ações coletivamente legitimadas. A criação da CPA não apenas consolidou esse processo como também, ao longo de seu desenvolvimento, apontou para a necessidade de ampliação do escopo de sua atuação.

O projeto de avaliação da FMF incorporou as dez dimensões, previstas na Lei do SINAES, a saber: 1- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; 2- Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão; 3- Responsabilidade social da Instituição; 4- Comunicação com a sociedade; 5- Políticas de pessoal; 6- Organização e gestão da instituição; 7- Infraestrutura física; 8- Planejamento e avaliação; 9- Políticas de atendimento aos estudantes; 10- Sustentabilidade financeira.

Ao longo do tempo, a autoavaliação da Faculdade foi desenvolvida como um processo global no qual foi possível analisar internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas bem sucedidas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro, tornando-se desta maneira uma fonte para a tomada de decisões e proposição de ações coadunadas aos objetivos organizacionais.

Nesse sentido, desde 2009, os resultados de avaliação interna e externa apontaram para a exigência de ações centradas nos processos de ensino e aprendizagem e de sua avaliação, foco deste estudo. A Instituição atinge um momento de consolidação e de reflexão sobre a sua autoavaliação, baseando-se nas teorias de análise crítica do processo de ensino e aprendizagem e de avaliação, repensando-se e replanejando-se como instituição de ensino.

Objetivos

Constitui objetivo geral deste trabalho: discutir o escopo e abrangência do processo de avaliação da CPA da Faculdade Martha Falcão. Como objetivos específicos destacam-se:

- apresentar e discutir dados coletados junto aos docentes e discentes sobre métodos e recursos didáticos e de avaliação utilizados pelos docentes;
- propor alternativas para auxílio ao desempenho docente;
- indicar proposta de organização interna da CPA para atender os processos de ensino e aprendizagem e de avaliação;
- discutir ações de intervenção junto a docentes para discussão do processo de ensino e aprendizagem e de avaliação.

Metodologia

Paralelamente à realização das ações pertinentes à CPA, referentes à avaliação institucional, abrangendo as dez dimensões previstas pela Lei do SINAES, com aplicação de questionários, junto a todos os segmentos da comunidade acadêmica; avaliação qualitativa com grupos de discentes, sistematização das informações coletadas e divulgação dos resultados obtidos, foram definidos princípios e metodologia específica para coleta e sistematização das informações relativas às questões ora discutidas.

Entre os princípios que nortearam as ações da CPA para o objetivo pretendido incluem-se: necessidade de ampliação da estrutura da CPA, com criação de órgãos auxiliares; necessidade de articulação com coordenações de curso e docentes

pertencentes ao NDE de cada Curso, para discussão e implementação de ações; definição dos indicadores avaliativos de desempenho docente e do universo da amostra pesquisada, para elaboração dos instrumentos de avaliação.

Uma vez definidos os princípios norteadores, foram implantadas as seguintes etapas metodológicas para o trabalho da CPA em sua configuração mais abrangente:

- 1- Manutenção do processo de autoavaliação institucional, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica e as dez dimensões previstas pelo SINAES;
- 2- Elaboração da proposta de ampliação de atuação da CPA;
- 3- Apresentação da iniciativa à Direção da FMF e ao corpo de gestores acadêmicos;
- 4- Criação da Câmara Assessora de Avaliação, denominada Núcleo de Qualidade em Processos Avaliativos - NQPA;
- 5- Estruturação do NQPA, com definição de sua composição, funções e atribuições;
- 6- Acompanhamento do processo de avaliação de aprendizagem;
- 7- Realização de oficinas para docentes e alunos;
- 8- Criação da Câmara Assessora Práticas Pedagógicas, denominada Núcleo de Qualidade em Práticas Pedagógicas - NQPP;
- 9- Estruturação do NQPP, com definição de sua composição, funções e atribuições;
- 10- Leitura e discussão de bibliografia referente a processos de ensino e aprendizagem e de avaliação;
- 11- Discussão com o colegiado de coordenadores sobre os indicadores de avaliação referentes aos processos estudados;
- 12- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- 13- Aplicação dos instrumentos junto aos docentes;
- 14- Divulgação e discussão dos resultados com a comunidade docente, gestores e direção;
- 15- Elaboração de proposta de capacitação continuada de docentes;
- 16- Elaboração de materiais e recursos didáticos para auxílio aos docentes;
- 17- Realização de cursos e workshops com docentes;
- 18- Revisão dos procedimentos utilizados e ampliação das ações.

Referencial Teórico

A literatura sobre processo de ensino e aprendizagem, prática docente e avaliação institucional, por vezes, ressalta um desses aspectos ou dimensões para uma análise em profundidade. Das práticas de avaliação institucional vivenciadas no ambiente escolar emerge, no entanto, uma situação peculiar, cada vez mais a avaliação produzida de diferentes ângulos deverá incidir sobre a própria razão de existência de uma instituição de ensino: a garantia de um processo de aprendizagem bem sucedido.

A avaliação educacional que engloba tanto avaliação institucional como avaliação de aprendizagem, especificamente na interação professor-aluno, é objeto de estudo de Freitas et. al, (2011). Analisando o contexto da educação básica, mas com reflexões que podem ser remetidas ao ensino superior, os autores tratam a avaliação educacional como categoria polêmica e permeada por contradições, devendo ser considerada a partir da inter-relação de três níveis de avaliação: avaliação de aprendizagem em sala de aula, intrinsecamente ligada à avaliação institucional, realizada no interior da escola, que, por sua vez, está atrelada à avaliação do sistema, do qual as instituições formadoras fazem parte. Ao analisar uma dimensão é forçoso implicar as outras que estão em interação. Na mesma direção afirma Luckesi (2012), o ato de avaliar, embora subsidie o gestor em atos decisórios e inovadores, não inova, pois é um ato investigativo da qualidade da realidade. Na educação deve ser praticado em todas as instâncias de aprendizagem, institucional e de larga escala.

Entender o processo avaliativo da instituição em sua totalidade indicou a necessidade de compreensão de um complexo multifacetado, não-linear e composto por um conjunto de atores que interagem entre si, conforme assinala Hargreaves (2002) ao pontuar que este trabalho envolve o diálogo *com* e *entre* os estudantes, incluindo uma reavaliação constante, uma autoavaliação contínua e uma avaliação mútua entre os colegas. Para o autor, os estudantes contribuem de maneira ativa, engajada e desafiadora para sua própria aprendizagem.

Ao se considerar que esse processo envolve dialogicidade e interação com os alunos, tornam-se imprescindíveis alguns cuidados assinalados ainda por Hargreaves (2002, p. 59-60): os critérios de avaliação devem ser transparentes, estar disponíveis para todos e passíveis de revisão; devem ser conhecidos dos estudantes podendo ter participado de sua elaboração de maneira colaborativa para que um melhor entendimento seja desenvolvido e o poder na sala de aula possa ser redistribuído; os julgamentos de avaliação devem ser atos de negociação explícita entre todos os envolvidos; esses processos devem mover-se em muitas direções, de estudante para estudante, de estudante para professor, de professor para alunos, estendendo-se para outros atores que integram o processo.

Freitas e Grillo (2009) referendam esse posicionamento ao destacarem que o trabalho pedagógico deixa de ser exclusividade do professor e passa a ser partilhado com o aluno, que vai, aos poucos, consolidando a autoconfiança ao perceber-se capaz de tomar decisões sobre a aprendizagem da qual ele é o autor. Levando-se em conta que a reelaboração das ideias só pode ser realizada pelo próprio aluno, e que o conhecimento não se dá por acumulação e sim por reconstrução dos saberes adquiridos, a avaliação formativa evolui necessariamente para a autoavaliação. Assim, como ainda assinalam essas autoras, se insere na proposta de avaliação formativa e pressupõe uma relação baseada na reciprocidade e na partilha; portanto, não se reduz a um instrumento e nem se realiza em um único momento: é processual. Professor e aluno, ao mesmo tempo, ensinam e aprendem a operacionalizar uma proposta pedagógica nova, adotando uma metodologia de ensino, de aprendizagem e de avaliação diferenciada.

Nessa proposta, a tarefa dos gestores e das IES é, pois, organizar a aprendizagem para os alunos, utilizando as pessoas, o tempo e o espaço da maneira mais vantajosa possível. Isso implica agrupar os alunos de diversas maneiras, tentando, às vezes, formar grupos homogêneos e, outras vezes, grupos mistos. Também pode haver oportunidades para os alunos aprenderem como indivíduos, utilizando os recursos da tecnologia; essa oportunidade provavelmente aumentará na medida em que programas forem produzidos com essa finalidade. A orientação segue, inclusive, na direção de fazer constar da Proposta Pedagógica da IES e de seus cursos como se dará o seu processo de autoavaliação (PREEDY et. al., 2006, p. 93).

Além do trabalho institucional e processual da autoavaliação, há um conjunto de autores que se integram à linha de investir fortemente no processo de ensino e aprendizagem, na motivação, na inovação e na aquisição de novas habilidades dos docentes e discentes. Destacam-se nesse grupo: Christensen (2009), Meirieu (1998 e 2006), Cunha (1998) e Preedy (2006), Day (2004), Lemov (2011), os quais enfatizam que a reflexão sobre a prática docente torna-se fator imprescindível de transformação pessoal e profissional e, partem da tese de que a interação reflexiva é recurso facilitador do desenvolvimento de novos dispositivos metodológicos para efetivação da aprendizagem dos alunos.

Na obra *“Aprender... sim, mas como?”* (1998), Meirieu aprofunda a reflexão sobre a prática educativa, de forma a possibilitar aos professores contato mais direto e crítico com suas próprias ações. Mostra-se preocupado com a adoção cega de modelos, pois “cada um deles representa apenas uma “visão”, dentre muitas, sobre a coisa educativa, e só a consciência dessa parcialidade pode nos salvar desta forma do totalitarismo na educação que é o dogmatismo.” (p. 168). A tarefa de ensinar com efetividade implica, para Meirieu (2006), entender que a autoformação é autorreflexiva, e constitui-se em um processo que acontece no sujeito, é inalienável, é condição de base para a aquisição de aprendizagens e condutas que ninguém consegue fazer pelo outro. É a determinação em colocar a autocrítica e a criatividade como procedimentos de promoção de transformação. Para que isso ocorra, é necessário que o professor se volte para si e procure na própria essência de seu projeto de ensinar as razões para não perder a esperança em seu trabalho; neste sentido ninguém o aconselhará e nem o ajudará.

Seguindo essa trajetória, Christensen (2009), em seu livro *“Inovação na sala de aula: como a inovação de ruptura muda a forma de aprender”* apresenta um panorama sobre a história da educação nos Estados Unidos, com foco no modelo de ensino e aprendizagem das escolas públicas. A obra contextualiza o problema por meio de exemplos retirados do meio e trata do desafio de tornar o aprendizado intrinsecamente motivador para o estudante, ao levantar algumas questões inquietantes, como: Por que as escolas resistem às melhorias? Será que as escolas não possuem número de computadores suficientes em sala de aula? Será que o modelo de ensino dos EUA está ultrapassado? Como fazer para atender a demanda das múltiplas inteligências e seus diferentes modos de aprendizagem em uma sala de aula? O que fazer para realizar uma inovação de ruptura nas escolas públicas nos Estados Unidos? O

propósito, enfim, é mostrar caminhos que levem à inovação no ensino, de modo a chegar cada vez mais próximo de metodologias que maximizem o potencial de aprendizagem do aluno. O autor discute o porquê do sofrimento das escolas para melhorarem, apesar do investimento de muitos bilhões, realizado pelo governo americano, para equipar as salas de aula com computadores.

O investimento nos professores implica, de acordo com Day (1999), a necessidade de se compatibilizar o desenvolvimento do professor com o desenvolvimento organizacional da instituição escolar, processo que, segundo esse autor, deve atender a seis princípios: 1) o desenvolvimento do docente é contínuo, realizando-se ao longo de toda a vida; 2) deve ser autogerido, sendo, contudo, da responsabilidade conjunta do professor e da escola; 3) deve ser apoiado e dispor dos recursos materiais e humanos necessários à sua concretização; 4) deve responder aos interesses do professor e da escola, embora nem sempre em simultâneo; 5) deve configurar-se como um processo que tenha credibilidade; e 6) deve ser diferenciado, de acordo com as necessidades dos professores, designadamente as específicas da sua etapa de desenvolvimento profissional. Ainda Day (2004), no entanto, se contrapõe ao ensino de técnicas padrões para o ensino docente por entender que este é um processo que envolve questões intrínsecas e idiossincráticas. Assim, segundo ele, é preciso identificar alguns aspectos críticos, nomeadamente o fato de os padrões mensuráveis terem em conta um número relativamente reduzido de ensino, de aprendizagem e de aproveitamento escolar, o fato de o uso de competências comportamentais para medir as capacidades dos professores não ter em conta os seus propósitos morais mais amplos e o fato de ainda não ter sido provado que a redução da autonomia dos professores tenha originado um melhor ensino ou professores mais comprometidos.

Partindo, então, do pressuposto de que a avaliação, como prática escolar, não é uma atividade neutra ou meramente técnica, isto é, não se dá num vazio conceitual, mas é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica, Cunha (1998, p.17) registra que “a compreensão de que a concepção de conhecimento preside a definição da prática pedagógica desenvolvida na Universidade foi muito importante para ultrapassar a análise simplista, realizada sobre as regras didáticas aplicadas ao ensino superior”. A pesquisadora contribui com a temática ora discutida ao sintetizar que compreender o processo de ensino e aprendizagem está alicerçado numa concepção de mundo e de ciência que facilitou uma visão mais global e elucidativa, especialmente numa época em que a supremacia da ciência tem sido amplamente reconhecida. Além disso, para Cunha (2012, p.22) compreender o ato pedagógico escolar significa entender que para a escola “afluem as contradições do contexto social, os conflitos psicológicos, as questões da ciência e as concepções valorativas daqueles que compõem o ato pedagógico: professor e aluno.”

Em que pesem todos esses arrazoados, Lemov (2011) escreveu o livro “Aula Nota 10”, no qual elenca e explicita 49 técnicas para que o professor possa ter eficácia em seu trabalho de sala de aula, tornando a aula mais atrativa, o aprendizado mais significativo uma

vez que as técnicas ajudam a mostrar ao aluno modos mais eficazes de interagir com o conhecimento e com o processo de aprendizagem. Para além de técnicas ou de “receitas” o autor contribui para a reflexão sobre como garantir a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, objeto do ato de avaliar.

As reflexões aqui explicitadas subsidiaram a opção da CPA da FMF pela ampliação da abrangência de sua atuação avaliativa. Como reforço à sua decisão, invoca-se Luckesi (2012), “a base da avaliação do sucesso em educação, seja ela em sala de aula ou na instituição ou em larga escala, é a aprendizagem, à medida que esta revela eficiência ou fracasso da instituição. Outras variáveis devem ser levadas em conta nas práticas avaliativas em educação, porém a aprendizagem está na base de todas elas, devido ser o resultado final que se espera e se deseja em toda atividade educativa.” (p. 22).

Resultados e Discussões

O trabalho acumulado durante o percurso de avaliação na Instituição, a revisão contínua da literatura pertinente e a opção por redirecionar ações internas de avaliação, conferindo maior amplitude e abrangência à CPA, resultaram em maior envolvimento da comunidade acadêmica e em ações concretas que movimentaram o ambiente institucional. Na sequência discriminam-se os resultados obtidos e discute-se a pertinência da escolha efetuada.

Resultados das ações implantadas com o Núcleo de Qualidade em Processos Avaliativos

A partir da verificação de que os processos internos de avaliação de ensino e aprendizagem deveriam passar por uma revisão, a fim de obter melhores e mais consistentes resultados, com padrões de qualidade compatíveis com o processo de ensino e aprendizagem e com avaliações externas, iniciou-se, em 2010, o adensamento das ações da CPA com a criação do NQPA – Núcleo de Qualidade em Processos Avaliativos, cuja prerrogativa vem sendo a de gerenciar os processos de avaliação ensino-aprendizagem, pontualmente na terceira avaliação que ocorre a cada semestre na Faculdade. A terceira avaliação, multidisciplinar, passou a ser organizada pelos componentes do NQPA, com representantes de cada curso, que se incumbiram da coleta, análise e elaboração de questões a serem inseridas no instrumento de avaliação aplicado junto aos discentes.

A CPA, Direção Acadêmica e representantes dos cursos da IES, elaboraram o regimento da NQPA e desde então o processo de avaliação vem sendo conduzido por este Núcleo. A avaliação é composta de questões das disciplinas correntes, em formato objetivo, questões dissertativas e questões objetivas de conhecimento geral. O termo qualidade foi inserido no título desta Câmara para garantir que as ementas aplicadas nas disciplinas, bem como o formato das questões, se adequem a padrões definidos pelo NQPA, que englobam desde a quantidade de alternativas de resposta, estilo de enunciados, graus de dificuldade e quantidade de questões.

No decorrer do percurso do NQPA foram encontradas dificuldades, principalmente no que tange a composição da Câmara, tendo em vista a baixa aceitação inicial do processo, tanto por parte de discentes quanto de docentes. Observa-se que, no desempenho do alunado, seu coeficiente de nota na terceira avaliação tem sido inferior ao da primeira e da segunda avaliação, o que acarretou a necessidade de desenvolver processos intensos de discussão com os alunos por parte das coordenações, colegiado e NDE dos cursos. Com relação aos docentes, a resistência inicial incidiu sobre a inevitável comparação entre os níveis de exigência explicitados nas diferentes avaliações, o que implicou uma ação mais atenta das coordenações de cursos, com relação ao desempenho acadêmico dos discentes e a atuação docente.

Apesar das dificuldades iniciais, os resultados até aqui são considerados profícuos, principalmente para a gestão acadêmica de curso, uma vez que o processo permitiu uma discussão transparente no âmbito de cada curso para obtenção de melhores resultados avaliativos e padrões mais uniformes de rigor nas avaliações de aprendizagem. Além disso, o processo implementado ensejou a realização de oficinas sobre elaboração de questões e sobre instrumentos avaliativos, promovidas pela CPA e destinadas não apenas a professores, mas também a alunos. A adesão voluntária a essas oficinas têm sido crescente e resultados positivos têm sido observados.

Dando continuidade às ações do NQPA, estuda-se a viabilidade de que o Núcleo, em conjunto com as coordenações de curso, passe a analisar também as demais avaliações e a ampliar o processo de aprimoramento da avaliação de ensino e aprendizagem.

Resultados das ações implantadas com o Núcleo de Qualidade em Práticas Pedagógicas

Concomitantemente ao processo empreendido pela Câmara Assessora de Qualidade em Processos Avaliativos, identificou-se a necessidade de aprofundamento do processo de qualificação docente em questões metodológicas. Considerando as melhorias trazidas pelo NQPA, criou-se em 2012 o Núcleo de Qualidade em Processos Pedagógicos – NQPP. Esta Câmara originou-se, principalmente, da situação detectada nos diversos cursos da Faculdade: exceto o curso de Pedagogia, todos os cursos oferecidos pela FMF têm em seu quadro professores com bacharelado em áreas nas quais a discussão dos processos pedagógicos não faz parte da formação profissional. Assim, o NQPP nasceu com a incumbência de possibilitar aos professores da FMF acesso a ferramentas diversificadas de ensino, orientação pedagógica e, em última análise, otimização da relação professor - aluno, considerando as mudanças de perfil, interesses, comportamentos e atitudes dos discentes.

Dentre as atividades oferecidas e executadas pela NQPP destacam-se: oficinas didático-pedagógicas; inserção em sala dos professores; material didático impresso, eletrônico, elaboração de história em quadrinhos, parceria com empresas e intensificação das

ações de formação continuada. Para chegar a esta oferta de serviços interna a ação inicial da NQPP foi diagnosticar a atuação docente no que se refere ao uso das metodologias de ensino.

Foram aplicados instrumentos de coleta em formato de questionários estruturados que tinham por objetivo identificar a atuação dos professores em sala de aula. Dos 150 professores que compõem o quadro docente, houve retorno de 100 questionários. As tabelas a seguir demonstram o resultado deste levantamento. Na tabela 1, os docentes identificaram as metodologias utilizadas e seu percentual de utilização no decorrer do semestre letivo. A coluna Aula Expositiva, por exemplo, mostra que 3% dos docentes utiliza a aula expositiva em até 25% das aulas no decorrer do semestre, 17% utilizam a aula expositiva de 26 a 50% no decorrer do semestre, 51% utiliza a aula expositiva de 51 a 75% no semestre e 29% utilizam a aula expositiva de 76 a 100% das aulas no semestre.

Utilização no decorrer do semestre (% das aulas)	Aula Expositiva	Leitura Seguida de Debates	Seminários	Aplicação de Vídeo	Estudo de Caso	Juri Simulado	Simpósio	Dinâmicas de Grupo
1 a 25 %	3	31	61	45	33	32	19	44
26 a 50 %	17	34	19	32	36	3	9	25
51 a 75 %	51	24	15	14	14	2	5	10
76 a 100 %	29	10	1	4	10	0	2	12
Não uso	0	0	3	4	7	63	66	9

Tabela 1 - Comparativo das técnicas utilizadas no semestre

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

A tabela 1 demonstra claramente uma preferência pela utilização das aulas expositivas como método de ensino, visto que 80% dos docentes utilizam este método em uma faixa que vai de 51 a 100% das aulas no decorrer do semestre.

As tabelas a seguir, por sua vez, mostram as técnicas mais aceitas e menos aceitas pelos discentes na percepção dos professores entrevistados.

TÉCNICAS MAIS ACEITAS	%
Aula Expositiva	23
Leitura seguida de debate	17
Seminários	10
Videos	15
Estudo de Caso	17
Juri Simulado	1
Simposio	11
Dinâmica de Grupo	6
Outros	1
TOTAL	100

Tabela 2 - Técnicas mais aceitas pelos discentes

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

A tabela 2 mostra, na percepção dos docentes, que os alunos têm a aula expositiva como técnica mais aceita (23%), seguida de Estudos de Caso e Leitura seguida de debate (17%), utilização de vídeos (15%), Simpósio (11%), Seminários (10%), Dinâmicas de Grupo (6%) e por último, Júri simulado (1%). Este resultado indica que o professor ainda prefere manter o controle da aula sob sua incumbência, visto que a Aula expositiva tende a ter uma maior participação do docente. Nas oficinas promovidas pelo NQPP buscou-se mostrar que aula expositiva pode continuar sendo utilizada, sem preterir a participação do aluno, levando-o para uma situação de diálogo, questionamentos e debate. Além disso, os resultados evidenciam que técnicas como júri simulado, dinâmicas de grupo são vistas pelos docentes como aplicáveis apenas em situações muito específicas, ou para cursos específicos, especialmente o Direito.

TÉCNICAS MENOS ACEITAS	%
Aula Expositiva	5
Leitura seguida de debate	15
Seminários	24
Videos	9
Estudo de Caso	5
Juri Simulado	11
Simposio	19
Dinâmica de Grupo	10
Outros	1
TOTAL	100

Tabela 3 - Técnicas menos aceitas pelos discentes

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

Entre as técnicas menos aceitas pelos discentes, na percepção da docência, estão os Seminários (24%), Simpósios (19%), Leitura seguida de debate (15%), Júri simulado (11%), Dinâmica de Grupo (10%), Vídeos (9%), Estudo de caso e Aula expositiva (5%). Seminários e Simpósios, que guardam semelhanças entre si, são vistos pelos docentes como técnicas menos aceitas, uma vez que, nelas, os alunos têm participação preponderante. Em material oferecido aos docentes, em formato de Guia eletrônico, preconizou-se que tais técnicas devem ser também bastante controladas pelo docente, de forma a evitar a percepção do aluno de que o professor utiliza o Seminário como forma de se abster de suas responsabilidades em sala de aula.

Técnicas transformadas em inst. Avaliação	%
Sim, para todas	32
Sim, mas não todas	61
Não, apenas processo de aprendizagem	7
TOTAL	100

Tabela 4 -Transformação das técnicas em instrumentos de avaliação

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

Quanto à utilização das técnicas também como instrumentos de avaliação obteve-se o resultado de 32% de docentes que atribuem avaliação a todas as técnicas utilizadas, 61% aplicam a técnica também como avaliação, mas não em todas e, 7% utilizam as técnicas apenas como processo de aprendizagem. O resultado é positivo na medida em que esta prática envia maior participação do aluno e permite ao professor medir de maneira mais abrangente o resultado do processo de ensino.

Trabalhos integrados com outra disc.	%
Sim	38
Não	62
TOTAL	100

Tabela 5 -Realização de trabalhos integrados com outra disciplina

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

Na tabela 5 percebe-se que a multidisciplinaridade, preconizada de maneira repetida junto aos docentes, apresenta resultados ainda incipientes, porém não desprezíveis na IES estudada. O modelo de trabalho das faculdades particulares, baseado em horas de trabalho, talvez venha a dificultar o processo de atuação em parceria com outras disciplinas. A participação do coordenador de curso no incentivo a esta prática, enfatizando um planejamento de tais atividades, viria a tornar mais costumeira a parceria entre professores em suas respectivas disciplinas.

Utilização da WEB nas aulas	%
Sim	50
Não	50
TOTAL	100

Tabela 6 - Utilização de recursos da WEB em sala de aula

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

A internet, ferramenta que tem sido utilizada pelos discentes em várias de suas atividades, dentro e fora da sala de aula, ainda não encontra total adesão (50%) por parte do professorado da FMF. Este recurso tem potencial significativo para retenção do aluno na proposta de apresentação das disciplinas. Desta forma o NQPP, por meio do material disponibilizado em formato de mídia eletrônica, disponibilizou links para uso da Web em várias áreas do saber, bem como nas inserções em sala de professores foram apresentadas sugestões de uso da Web em sala de aula.

Além do questionário aplicado, foram convidados 2 professores de cada curso oferecido na instituição, com o intuito de debater suas práticas em sala de aula e como estas poderiam ser aprimoradas.

O diagnóstico apresentado auxiliou a consolidação do planejamento das ações posteriores do NQPP, os quais foram assim colocados em prática:

a) Oficinas pedagógicas – cursos e workshops com docentes sobre elaboração de questões objetivas; sobre uso da técnica Grupo de Verbalização e Grupo de Observação - GVGO como método de ensino; sobre o instrumento de apresentações orais denominado PREZI; sobre a ferramenta WEB para criação de sites denominada WIX; sobre a confecção de vídeos com celulares, e troca de experiências docentes bem sucedidas em sala de aula;

b) Inserção na sala dos professores – de maneira não agendada, os membros do NQPP realizaram apresentações curtas na sala dos professores, mostrando sugestões consideradas úteis para a prática do ensino. Cada encontro durava de 30 a 45 minutos;

c) Material em formato de história em quadrinhos – desenvolvido em parceria com o Núcleo de Design da instituição com sugestões para reter a atenção dos alunos; o material (Figura 1) foi apresentado nas oficinas e disponibilizado no Portal da IES para consulta;



Figura 1 – Quadrinhos utilizados no processo de capacitação de docentes

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

d) Guia de Metodologias de Ensino – desenvolvido a partir de obras relativas ao tema, o Manual de Métodos de Ensino apresenta um conjunto de técnicas que podem ser utilizadas pelos docentes em sala de aula, reforçando e aprimorando o seu conhecimento acerca do tema. Cada um dos professores da FMF recebeu o Guia em formato eletrônico – CD.

e) Formação continuada – a partir da instalação do NQPP as formações continuadas, realizadas anteriormente ao início das aulas, foram intensificadas e diversificadas tendo como foco a inserção de novas tecnologias, o papel do docente no processo de ensino e aprendizagem; também foram inseridas premiações aos professores mais bem avaliados pelos discentes de acordo com os instrumentos aplicados pela CPA.

f) Programa “Empresa vai à escola” – a iniciativa consiste na realização de parcerias com empresas da região, com vistas no aprimoramento técnico dos alunos participantes e diversificação das metodologias de ensino em disciplinas variadas; diferencia-se do estágio, pois pode ser aplicada em disciplinas específicas cujo tema seja relevante para a empresa participante.

A diversidade de ações propostas pela CPA por meio do NQPP e do NQPA tem sido reconhecida pela comunidade docente, pelos gestores, direção e mantenedores da IES, o que promove suporte para novas ações que forem planejadas, bem como para o fortalecimento do que já vem sendo praticado pelas câmeras assessoras. A figura 2 abaixo mostra a metodologia

utilizada para estabelecimento das estratégias da CPA, relatadas anteriormente. Consistiu, portanto, na realização de diagnose, seguida de ações voltadas ao objetivo final de cada uma delas, o aprimoramento e excelência das avaliações de ensino pelo NQPA e a capacitação e qualificação docente pelo NQPP.

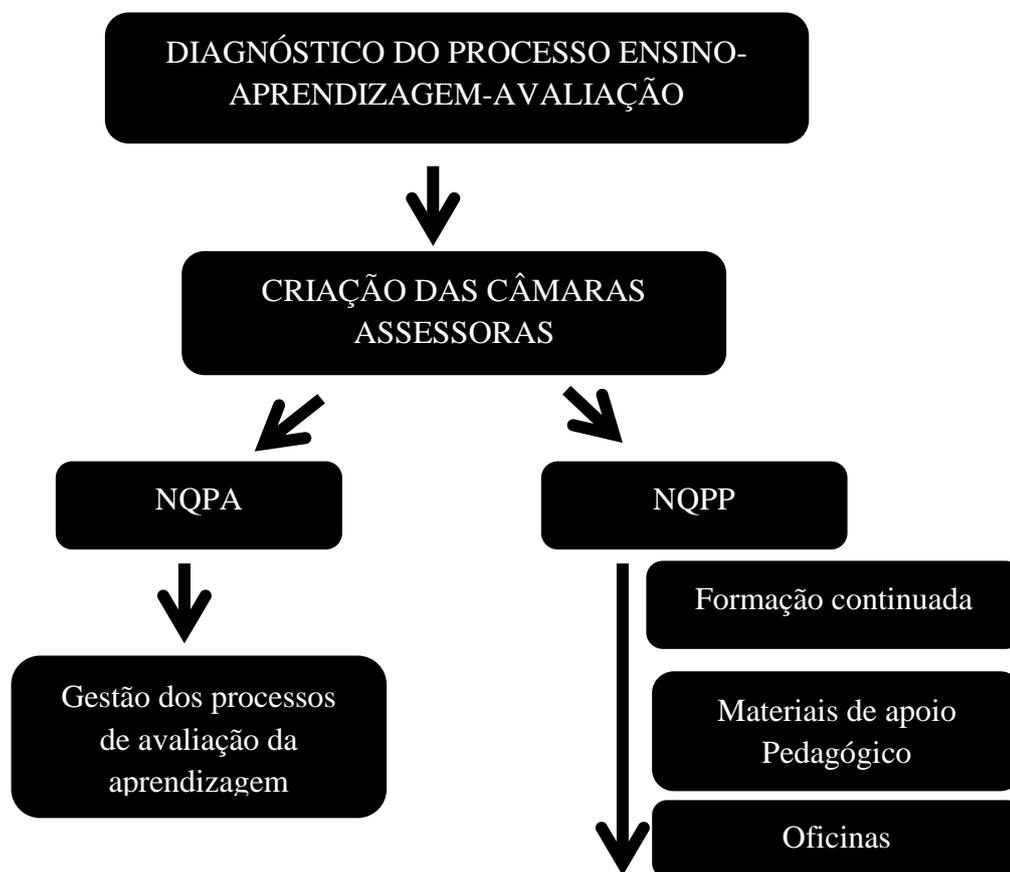


Figura 2- Etapas do processo de criação e atuação das Câmaras Setoriais FMF

Fonte: desenvolvido pelos autores, 2012.

Os efeitos do trabalho efetuado estão sendo medidos por meio da avaliação dos coordenadores de curso e discentes, realizadas nas coletas de dados durante as avaliações institucionais. É um processo em aprimoramento visto que a medição se depara com as seguintes questões:

- a) O contato com novas metodologias leva o docente a aplicá-las em sala de aula?
- b) Essas metodologias atraem e mantêm a atenção dos alunos em sala de aula?
- c) O aprimoramento das avaliações conduz o aluno a uma melhor preparação pessoal, incluindo maior atenção ao processo de ensino e aprendizagem?

- d) A inclusão de novas tecnologias é fator preponderante para a melhoria do processo ensino e aprendizagem?

Os indicadores que permitem a medição destas questões estão, como citado anteriormente, inseridos nas avaliações aplicadas pela CPA: o aluno atribui nota ao professor, relativa à metodologia de ensino, qualidade das avaliações e planejamento das aulas, que são indicadores que permitem avaliar as questões expostas acima. As notas são tabuladas e disponibilizadas aos coordenadores de curso que discutem com os docentes o resultado do processo.

Indicadores externos também vêm sendo monitorados pela IES. O resultado e o desempenho dos cursos existentes na FMF no ENADE são percebidos como resultante de todo o processo descrito, bem como provas de proficiência em exames de ordem (OAB e CRC) e concursos.

Como elemento de discussão, tem-se debatido a possibilidade da avaliação *in loco* nas salas de aula para acompanhar a utilização das novas metodologias, bem como o debate com alunos, principalmente os representantes de sala, também como indicador do desempenho docente.

Os resultados alcançados com as ações da CPA, por intermédio das Câmeras Assessoras, confirmam muitas das reflexões extraídas da literatura visitada. O processo avaliativo é complexo, não linear e deve ser compreendido de forma abrangente e integral: avaliação institucional e avaliação de aprendizagem interagem de forma intrínseca, pois sua base é a aprendizagem, que revela ou não a eficácia da proposta educativa. Além disso, as práticas avaliativas têm caráter processual, estando em contínua análise e revisão. Deve envolver a comunidade afetada e fazer parte de um amplo processo de discussão e consolidação do projeto educativo institucional.

Considerações finais

Para a Faculdade Martha Falcão, a autoavaliação institucional e de cursos, além de ser parte de sua rotina acadêmica, constitui elemento central para a atuação reflexiva e comprometida com a boa formação de quadros.

A avaliação envolve todos os segmentos acadêmicos e seus resultados, divulgados em diferentes canais eletrônicos e físicos, são discutidos em reuniões institucionais e de cursos, permitindo que a comunidade acadêmica possa conhecer a percepção do conjunto sobre o desempenho da IES e participar das ações de melhoria.

Para a Faculdade Martha Falcão avaliar é condição *sine qua non* para identificar seus acertos de forma a torná-los cada vez mais consistentes e para diagnosticar suas fragilidades para que possa corrigi-las de forma a alcançar seus objetivos. Acredita-se que todos os

processos de avaliação, internos e externos, auxiliam a concretização do anseio de oferecer um serviço educacional de qualidade.

As ações da CPA estendem-se para os processos de avaliação de aprendizagem e para uma maior interação com o corpo docente e discente, conforme atestam o Núcleo de Qualidade em Processos Avaliativos e o Núcleo de Qualidade em Práticas Pedagógicas. O caminho aponta para que a atuação deste órgão continue a atingir a construção do processo de ensino e aprendizagem contribuindo para o fortalecimento da instituição tanto nos quesitos acadêmicos quanto gerenciais.

A partir do trabalho que vem sendo realizado, pode-se afirmar que a atuação das CPAs pode exceder os processos de Avaliação Institucional e alcançar outras necessidades relativas à atividade educacional. O relato da FMF pretende, desta forma, contribuir para que outras CPAs possam aprimorar seus processos, consolidando este órgão no contexto de gestão das instituições de ensino superior. Com a convicção de que os processos de avaliação devam ser abrangentes, considera-se que o processo deva ser continuamente aprimorado, o que vem ocorrendo ao longo da trajetória institucional.

Referências

CHRISTENSEN, Clayton, HORN, Michael, e JOHNSON, Curtis. **Inovação na sala de aula:** como a inovação de ruptura muda a forma de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Professor universitário:** na transição de paradigmas. Araraquara, SP: JM, 1998.

_____. **O bom professor e sua prática.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DAY, C. Developing Teachers. **The Challenges of Lifelong Learning.** London: Falmer Press, 1999.

DAY, C. **A Paixão do ensino.** Porto: Porto Editora, 2004.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de e GRILLO, Marlene Corroero. Autoavaliação: porque e como realizá-la. **Por que falar ainda em avaliação?** [recurso eletrônico] /organizadoras, Marlene Corroero Grillo, Rosana Maria Gessinger; Ana Lúcia Souza de Freitas ... [et al.]. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos et. al. **Avaliação educacional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GARCIA, Mauricio et al. **Diagnósticos e Propostas para a avaliação da educação superior no Brasil.** Brasília: ABMES, 2012.

HARGREAVES, Andy. **Aprendendo a mudar:** o ensino além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LEMOV, Doug. **Aula nota 10**: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação, avaliação qualitativa e inovação. **Textos para discussão 37**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2012.

MEIRIEU, P. **Aprender sim, ...mas como?** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MEIRIEU, P. **Carta a um jovem professor**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PREEDY, Margaret [et. al.]. **Gestão em educação**: estratégia, qualidade e recursos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RIOS, Layana. Todos pela educação no Amazonas. **SUFRAMA Hoje**. Ano XII, n. 64, 8-11, abr. 2013.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira et al. Aumentando a eficácia e a eficiência da avaliação do ensino superior: a relação entre o Enem e o Enade. **Est. Aval. Educ.** São Paulo, v. 21, n. 45, 45-66, jan/abr. 2010